



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

SECRETARIA LEGISLATIVA

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

52ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA
ORDINÁRIA DA 10ª LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DE RONDÔNIA

EM: 29.10.2019

INÍCIO: 16h44min

PRESIDENTE: SR. LAERTE GOMES

SECRETÁRIO: SR. ISMAEL CRISPIN

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Havendo número legal, invocando a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta a 52ª Sessão Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 10ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

O SR. JHONY PAIXÃO – Presidente, gostaria de fazer uso da palavra na tribuna.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Pois não. Com a palavra por cinco minutos, Deputado Jhony Paixão. Questão de Ordem concedida pela Mesa.

O SR. JHONY PAIXÃO - Presidente, quero agradecer a oportunidade. É sobre a Reserva Remunerada. Senhores, nesta Casa de Leis, nós temos várias proposituras, inclusive, de vários Parlamentares sobre a criação de novas escolas militarizadas e é neste momento que eu peço a todos o apoio para que nós possamos por um fim nessa celeuma. Nós colocamos a emenda à disposição, Deputado Dr. Neidson, para que possa, de repente, pagar o salário deles para que eles permaneçam aí na folha de pagamento até o fim do ano, fato que o ano que vem já não terá mais teto de gasto. O fato é que não tivemos ainda do Governo do Estado, do Estado, na verdade, não vou falar do Governo do Estado, um posicionamento para tal. O Tribunal de Contas, Deputado Fúria, diz que precisa de um prazo maior para que ele possa dar o parecer favorável para que eles, pelo menos os da Educação, entrem nos 25%, e possa a SEDUC pagar o salário daqueles militares que estão na Reserva Remunerada. O fato é que a propositura foi mandada para lá, para o Tribunal de Contas não tem 15 dias. Não tem como ele dar esse parecer à toque de caixa. E nós temos lá disponível R\$ 530 mil de Emendas que era justamente para custeio dos Reservas Remunerada. Foi dada a oportunidade de colocar esses R\$ 530 mil à disposição do pagamento de salário, fato este que ficaria pelo menos o mês de novembro inteiro.

O fato é que o contrato deles venceu, os colégios militarizados, hoje, contam com somente um militar, Deputado Anderson, somente o diretor. Somente o diretor. Então, somente o diretor, um policial militar na escola, Deputado Cirone, não existe escola militarizada. E nós

gostaríamos neste momento, tentei, mas a agenda do Governador, parece que ele está acometido com um problema de saúde também, de olhar nos olhos dele e saber o que realmente está acontecendo, Deputado Dr. Neidson.

O SR. CIRONE DEIRÓ - Deputado Jhony. Só uma Questão de Ordem.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Só para não ter... Só vou abrir esse precedente porque ele não está... No Pequeno Expediente não tem Questão de Ordem. Questão de Ordem. Só para concluir, depois eu concedo a Vossa Excelência. Ele conclui e depois Vossa Excelência faz uso da palavra.

Não é dessa forma que nós vamos avançar na questão de vocês. Com a palavra o Deputado Jhony Paixão.

O SR. JHONY PAIXÃO - Presidente, assim que concluir, se puder, eu queria que tenham, os nobres pares, quase todos querem externar, acho que seria importante. E nesta Casa de Leis, Presidente, o senhor estava acometido de saúde, graças a Deus fez a cirurgia e está muito bem. Os parlamentares aqui colocaram a exposição inclusive de custeio do mês de dezembro. Então, não é falta de dinheiro, gente! Eu estou disponibilizando R\$ 530 mil para o pagamento do mês de novembro. Os outros deputados fizeram, se possível, fariam até o rateio para pagamento do salário de dezembro. Então não é financeiro. Então, nós queremos saber, neste momento, qual é o real motivo, Deputado Neidson, que não nos deixa claro pelo qual os militares da Reserva Remunerada não permanecem dentro das escolas militarizadas, outros trabalhando na SEJUS e outros mais

dentro dos quartéis. Porque o recurso, Presidente, foi destinado. São R\$ 600 mil por mês. Eu coloquei R\$ 530, já paga praticamente o mês de novembro. E os outros parlamentares falaram "não, se necessário for eu coloco o mês de dezembro". Então, nós queremos saber por quê. Eu tenho certeza que o Governador vai se compadecer, já combateu também um bom combate, usou aquela farda que nós sempre honramos, usou coturno e tenho certeza absoluta. Eu gostaria de saber dele e estou aguardando o momento para que nós possamos conversar diretamente com ele e ouvi-lo e saber qual é o real motivo, o que é que está acontecendo. De repente existe algo, Deputado Dr. Neidson, que não nos foi informado como parlamentar. Então, por isso eu gostaria de estar ouvindo também o Governador do Estado. Nós estamos aqui, nesta Casa de Leis, neste momento, quer o que, Deputado Adelino? Quer auxiliar, quer ajudar o Governo do Estado a resolver esse problema, tanto é que nós estamos disponibilizando nossas Emendas para poder ajudar e dar tranquilidade e seguimento nas escolas militarizadas, bem como Deputado Laerte Gomes, trinta segundos, finalizando, ali, conversando com os militares, tem militar que tem quatro meses que foi convocado. Não pagou nem a farda dele ainda, para você ter idéia. Militares que o contrato venceria daqui a um ano e meio, os filhos estão fazendo medicina na Bolívia, fazendo medicina no Paraguai. Vai ter um desajuste familiar financeiro. Então, eu gostaria neste momento, que os nobres pares, sei que muitos se compadecem das escolas militarizadas, muitos aqui colocaram requerimentos à disposição, mas que nós pudéssemos juntos formar força para resolver o problema do Reserva Remunerada, bem como auxiliar o Governador do Estado a encontrar solução plausível. Muito obrigado, Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Obrigado, Deputado Jhony. Com a palavra, Questão de Ordem, por um minuto, Deputado Cirone Deiró.

O SR. CIRONE DEIRÓ - Quero agradecer primeiramente ao senhor, Presidente, pela sensibilidade de deixar nós usarmos a palavra. Eu sei que o momento não é pertinente, mas dizer que nós já estivemos também na Casa Civil conversando sobre esse assunto. Vários RRs fizeram compromissos e foram tiradas, aí, de uma hora para a outra, um acordo feito para contratar os novos soldados. Nós estamos precisando de gente na Educação, nós estamos precisando de gente no Idaron. Então, que o governo remanejasse. Já que não tem dinheiro na SESDEC, remaneje para a SEDUC. A SEDUC tem dinheiro. Remaneje para o Idaron, o Idaron tem dinheiro e está precisando desses profissionais. Então em vez de fazer, lá na frente, outro chamamento, que transfira esses que já estão com oportunidade dentro do Governo, entre no entendimento com o Tribunal de Contas e dê oportunidade para essas famílias que já estão engajadas nessa função. Obrigado, Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Obrigado, Deputado Cirone. Deputado Cirone, agradecer a palavra. Deputado Adailton Fúria.

O SR. ADAILTON FÚRIA - Eu só queria aproveitar a oportunidade que o Deputado Jhony estava na tribuna, só para esclarecer uma dúvida. O Governador não está efetuando os pagamentos por falta de parecer do Tribunal de Contas, ou por que ele não tem legalidade dentro da Secretaria para

que forneça esse pagamento? E outra dúvida, esse pagamento é a SEDUC que vai realizar? Entra na folha da SEDUC ou não?

O SR. JHONY PAIXÃO - Deputado Fúria. Presidente, pode?

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Um minuto.

O SR. JHONY PAIXÃO - Beleza. O que é que acontece, Deputado Fúria: na verdade, devido ao acordo que foi feito para a contratação dos 400, houve a necessidade de, de repente, transferir esse pessoal para a folha da SEDUC, algo que já acontece no Idaron também. Só que o Tribunal de Contas, tínhamos a reunião no Tribunal de Contas, estão favoráveis, só que eles precisam de um prazo para dar a legalidade, para que eles possam ir para a folha da SEDUC, ficar dentro dos 25. Não pode ser a toque de caixa. Por isso há essa necessidade, Deputado Fúria, que eles permaneçam um pouco mais dentro do Estado, até que o Tribunal de Contas dê o parecer legal e também o próximo ano não há teto dos gastos. Então, eles poderiam tocar normalmente e nada mudaria.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Só para, só para...

O SR. ADAILTON FÚRIA - Olha, Presidente, com todo o respeito que eu tenho ao Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, mas isso não é justificativa.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Mas, deixa eu só explicar para Vossa Excelência.

O SR. ADAILTON FÚRIA - O Tribunal de Contas, com dois, três dias consegue emitir um parecer.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Eu vou explicar para Vossa Excelência o que aconteceu e a gente tem que ser verdadeiro aqui. Quando, o ano passado, a maioria dos deputados reeleitos estava aqui, foi aprovado um projeto no final do ano, votado para convocar os 400 remanescentes do concurso da Polícia Militar para academia. O compromisso é, era: saiam da ativa, vai para Reserva, chamava os que estavam, chamavam os que estavam na academia. O Governador, é uma política de Governo, o Comandante agora, quando acabou a academia, o Comandante Geral da Polícia Militar querendo chamar os 400 para Segurança Pública do Estado, fez o compromisso com o Governo do Estado de cortar por dentro as despesas, que foi dispensar todos RRs. Foi o Comando da Polícia Militar que fez isso. Chegou agora o momento, do mês de novembro, chegou o mês de novembro, eles fizeram isso. Só que esqueceram que os RRs estavam trabalhando, estavam em posições, em funções que eram necessárias eles, como as escolas militares e tantas outras. E agora precisa cumprir o compromisso de chamar os 400 policiais militares, essa é a grande celeuma. O que tem que se arrumar, é um caminho, é um caminho para poder solucionar isso. A gente entende que o caminho é a Secretaria Estadual de Educação, que só pode fazer isso através de teste seletivo, que é o que a Lei diz, chamar, fazer um seletivo para os RRs para poder colocar na Folha

da Secretaria de Educação que tem dificuldade e tem margem para contratação.

Então, o Deputado Jhony traz o tema, coloca o recurso dele, é bom saber que Emenda Parlamentar não pode pagar pessoal, tem que ser só para investimentos. Então, mas com certeza já fez isso porque já usaram para investimentos e guardaram outro que iam gastar lá para botar no pessoal...

O SR. JHONY PAIXÃO - Exatamente, foi o remanejamento para custeio de salário.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Mas o tema já foi trazido, estão aqui os nossos agentes, a gente sabe da ansiedade e da necessidade de vocês. Inclusive, nesta Casa eu apresentei um projeto, porque nós estamos falando tanto em escolas militares, estamos esquecendo a segurança das outras escolas. Nós não podemos focar só um lugar e esquecer o resto. Eu apresentei um projeto aqui nesta Casa, uma indicação ao Governo do Estado que fizesse um teste seletivo pela SEDUC, de minha autoria esse projeto, que fizesse um teste seletivo pela SEDUC, para cada escola estadual colocar um policial militar da reserva, fardado, com armas, o policial já experiente para dar segurança àquela escola, para impor respeito. Eu sempre cito aquela questão que aconteceu, aquela tragédia que houve, não sei se foi em Guarulhos ou Osasco, faltou agora o nome da cidade. Talvez se tivesse, Deputado Fúria, um policial lá da reserva fardado, armado, com a experiência que tem, talvez tivesse acontecido a mesma coisa, mais seria muito mais difícil acontecer.

Então, nós temos que ter e a Constituição nossa é clara, todos têm que ter o direito igual. Nós temos que ter segurança em todas as escolas estaduais do Estado que hoje

estão se segurança. A escolar militar é importante? Importantíssima. Mas, também o Estado tem, tem opção, Deputado Jhony, de fazer esse seletivo e colocar o policial militar da reserva em cada escola estadual para dar segurança para os nossos filhos, para dar segurança para os professores, para os servidores, para toda Educação. Então, é um tema que traz esta Casa agora, um tema importante e que nós vamos ter oportunidade de debater ele ao extremo, o Deputado Jhony já colocou aqui em seu pronunciamento, eu acho que todos os deputados comungam disso, que vai ter que ser arrumar uma saída para essa questão.

Questão de Ordem ao Deputado Adelino Follador. Depois nós vamos adentrar a matéria. Depois do Deputado Ezequiel Neiva, vamos adentrar a matéria.

O SR. ADELINO FOLLADOR - Eu quero só, foi citado aqui pelo Deputado Jhony, citando os compromissos que os RRs já assumiram e detêm as despesas. Eu não vou falar nem isso, eu estou falando que é um trabalho, nas escolas militares criou uma expectativa, essas escolas, os pais estão numa expectativa e, de repente, chega essa notícia que vai ficar só o diretor praticamente e aí: não, mas nós vamos pegar os efetivos. A Lei só permite o diretor. Então, não veio a Lei ainda, até agora, para a Assembleia, para alterar para poder colocar os efetivos. Então, o Tribunal de Contas está, por que não pediu o parecer antes? Por que está só agora? Então, essa preocupação é falta de planejamento. Eu acho que tinha que ter planejado. Sabendo, lá atrás, que quem estavam fazendo academia, que ia contratar esse pessoal e possivelmente poderia dispensar eles, poderia reduzir, mas não cortar drasticamente. Eu quero dizer que também um programa que vai ser interrompido, é o PROERD...

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Para concluir, Deputado.

O SR. ADELINO FOLLADOR - O PROERD é um programa importante e está sendo demitido o pessoal que está no PROERD e aí vai desestabilizar todo esse trabalho, inclusive já tem formatura já marcada para esse mês que vem, todas as formaturas marcadas vão ser prejudicadas..

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Para concluir.

O SR. ADELINO FOLLADOR - Então, eu só queria deixar essa observação, além do compromisso, eu acho que tinha que ter um planejamento melhor, se fosse fazer uma redução e não da maneira que foi feita. Obrigado.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Para finalizar, uma Questão de Ordem, um minuto para o Deputado Ezequiel Neiva, depois nós vamos entrar na Ordem do Dia.

O SR. EZEQUIEL NEIVA - Presidente, Deputado Jhony, eu quero me solidarizar com Vossa Excelência, porque nós fizemos Audiência Pública aquele dia na presença lá dos Secretários, do Comandante da Polícia. E eu fiz um encaminhamento lá, senhor Presidente, o Deputado Jhony estava presente, para que o Estado deixasse de pagar por 2 meses apenas as verbas rescisórias, que hoje está dando média de R\$ 800 mil, R\$ 1 milhão/mês, e cobriria a folha

dos RR tranquilamente, os dois meses de novembro e dezembro e resolveria o grande problema de não deixar de contratá-los, dispensá-los agora, neste momento. Era a minha palavra.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Cumprimentar o senhor Antônio Medeiros. Daqui a pouco já passo Questão de Ordem, só para nós avançarmos na Sessão, que Vossa Excelência já teve os 5 minutos.

O SR. JHONY PAIXÃO - É só finalizando. Obrigado, senhor Presidente pela oportunidade, obrigado aos parlamentares. Senhores, saibam que nós estamos encampados nesta luta e vamos encontrar uma solução para este problema.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Senhor Antônio Medeiros, Presidente do Sindicato dos Agentes de Segurança Sócio Educativos - SINDOSSOE; a senhora Daihane Gomes, Presidente do Sindicato dos Agentes Penitenciários e Socioeducadores do Estado de Rondônia - Singeperon; agradecer a presença dos agentes penitenciários e socioeducadores emergenciais; senhor Rubens Luz, Presidente do Sindicato dos Servidores do Legislativo Estado de Rondônia, o Rubinho. Não sei se está aqui ainda, nós devemos aí votar o PAI, provavelmente amanhã. Depois nós vamos conversar com o sindicato, que é o Programa de Incentivo a Aposentadoria da Assembleia Legislativa. E o senhor Odair Calado, Presidente da Associação dos Jornais do Interior - ADJOE.

Solicito ao Senhor Secretário que proceda à leitura da ata da Sessão Extraordinária anterior.

O SR. ISMAEL CRISPIN (1º Secretário) - Senhor Presidente, peço dispensa da leitura da Ata.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Está dispensada a leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior. Determino sua publicação no Diário Oficial da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

Registrar a presença, também do Prefeito do Município de Alvorada d'Oeste, Professor Walter e do Secretário Adjunto de Planejamento, acho que é esse o cargo, Secretário de Planejamento, o Walter e os Vereadores já foram aqui anunciados, Vereador Mailson, Vereador Demizinho, Vereador Cesinha e Vereador Marcos Paulo.

Passemos à Ordem do Dia. Solicito ao senhor Secretário proceder à leitura das matérias a serem apreciadas.

O SR. ISMAEL CRISPIN (1º Secretário) - PROJETO DE LEI 313/19 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 217. Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar por excesso arrecadação, até o valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), em favor da Unidade Orçamentária: Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Em segunda discussão e votação o Projeto de Lei 313/19 do Poder Executivo. Não havendo discussão, em segunda votação. Os deputados

favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem. **Aprovado. Vai ao Expediente.**

Só dizer aos senhores Secretários que nós vamos ter mais uma Sessão ainda. Então eu gostaria que os senhores Deputados permanecessem no plenário.

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. ISMAEL CRISPIN (1º Secretário) - PROJETO DE LEI 098/19 DO DEPUTADO CABO JHONY PAIXÃO. Autoriza e disciplina o uso de Veículos Aéreos Não Tripulados (Vants) por órgãos de segurança pública, no âmbito do Estado de Rondônia.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Em segunda discussão e votação o Projeto de Lei 098/19 do Deputado Cabo Jhony Paixão. Não havendo discussão, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem. **Aprovado. Vai ao Expediente.**

Próxima matéria, Secretário.

O SR. ISMAEL CRISPIN (1º Secretário) - PROJETO DE LEI 231/19 DO DEPUTADO LAERTE GOMES. Dispõe sobre o corte de fornecimento de energia elétrica, no âmbito do Estado de Rondônia, em conformidade ao estabelecido na Resolução da Agencia Nacional de Energia Elétrica - ANNEL e dá outras providências.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Em segunda discussão e votação o Projeto de autoria do Deputado Laerte Gomes, Projeto de Lei 231/19. Não havendo discussão, em segunda

votação. Os deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem. **Aprovado. Vai ao Expediente.**

Próxima matéria.

O SR. ISMAEL CRISPIN (1º Secretário) - PROJETO DE LEI 307/19 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 211. Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar por excesso de arrecadação, até o valor de R\$ 2.482.442,11, em favor da Unidade Orçamentária: Fundo Especial do Corpo de Bombeiros Militar - FUNESBOM.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Em segunda discussão e votação o Projeto de Lei nº 307/19 do Poder Executivo. Não havendo discussão, em segunda votação. Os deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem. **Aprovado. Vai ao Expediente.**

Próxima matéria.

O SR. ISMAEL CRISPIN (1º Secretário) - PROJETO DE LEI 262/19 DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Proíbe às concessionárias prestadoras de serviços essenciais de fornecimento de energia elétrica de cobrar tarifa mínima de consumo a adotar práticas similares no Estado de Rondônia.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Em segunda discussão e votação o Projeto de Lei 262/19, de autoria do nobre Deputado Aécio da TV. Não havendo discussão, em segunda votação. Os deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem. **Aprovado. Vai ao Expediente.**

Próxima matéria.

O SR. ISMAEL CRISPIN (1º Secretário) - PROJETO DE LEI 216/19 DO DEPUTADO ANDERSON PEREIRA. Dispõe sobre a obrigatoriedade de Pet Shops, Clínicas Veterinárias e Hospitais Veterinários de informar ao Núcleo de Proteção aos Animais, quando constatarem indícios de maus tratos nos animais por eles atendidos.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Em segunda discussão e votação o Projeto de Lei 216/19 de autoria do nobre Deputado Anderson Pereira. Não havendo discussão, em segunda votação. Os deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem. **Aprovado. Vai ao Expediente.**

Próxima matéria.

O SR. ISMAEL CRISPIN (1º Secretário) - PROJETO DE LEI 308/19 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 212. Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar por superávit financeiro e por excesso de arrecadação até o valor de R\$ 900.000,00 (novecentos mil reais) em favor da Unidade Orçamentária: Fundo de Reconstituição de Bens Lesados - FRBL.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Em segunda discussão e votação, Projeto de Lei 308/2019, de autoria do Poder Executivo. Não havendo discussão, em segunda votação. Os deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem. **Aprovado. Vai ao Expediente.**

Próxima matéria.

O SR. ISMAEL CRISPIN (1º Secretário) - PROJETO DE LEI 309 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 213. Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar por superávit financeiro, até o valor de R\$ 3.000.989,39, em favor da Unidade Orçamentária: Secretaria de Estado de Educação - SEDUC.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Em segunda discussão e votação, o Projeto de Lei 309/2019, de autoria do Poder Executivo. Não havendo discussão, em segunda votação. Os deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem. **Aprovado. Vai ao Expediente.**

Próxima matéria.

O SR. ISMAEL CRISPIN (1º Secretário) - PROJETO DE LEI 239/19 DO DEPUTADO CIRONE DEIRÓ. Institui no calendário oficial do Estado de Rondônia, a caminhada Passos que Salvam.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Em segunda discussão e votação, o Projeto de Lei 239/19, de autoria do nobre Deputado Cirone Deiró. Não havendo discussão, em segunda votação. Os deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem. **Aprovado. Vai ao Expediente.**

Próxima matéria.

O SR. ISMAEL CRISPIN (1º Secretário) - Não há mais matérias, senhor Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Não havendo mais matérias, está encerrada a Ordem do Dia. Nada mais havendo a tratar, invocando a proteção de Deus e, antes de encerrar a presente Sessão, convoco Sessão Extraordinária para apreciarmos as seguintes matérias: Projeto de Resolução 57/2019. Está encerrada esta Sessão.

(Encerra-se esta Sessão às 17 horas e 06 minutos)

(Sem revisão dos oradores)